

A Teoria dos Nomes de Mill¹

Prof. Jorge Campos

No primeiro livro do seu *A System of Logic*, cujo título é *Of Names and Propositions*, J. S. Mill desenvolveu a sua análise da linguagem, dentro da qual aparece a sua teoria dos nomes em geral e do nome próprio em particular².

Enraizado num contexto de expressivos debates filosóficos entre o empirismo e o idealismo do século XIX, o *A System of Logic* representa, para Mill, a necessária tentativa de demonstrar que são falsas as poderosas e atraentes teses em defesa do conhecimento *a priori* e que, conseqüentemente, é possível oferecer uma funda-mentação empirista à Lógica e à Matemática.

(1) "[...] Por que são certeza matemática e evidência de demonstração frases comuns para expressar o próprio grau mais alto de segurança alcançável pela razão? Por que as matemáticas, por quase todos os filósofos e (por alguns) mesmo aqueles ramos da filosofia natural que, através do instrumento da matemática, têm sido convertidas em ciências dedutivas, são consideradas como independentes da evidência da experiência e observação e caracterizadas como sistemas de Verdade Necessária?"³

Evidentemente, a resposta que Mill oferece à sua própria indagação percorre um longo e exaustivo argumento que se constitui no eixo teórico de todo o seu trabalho.

Um primeiro e fundamental aspecto diz respeito a um certo tipo de naturalismo subjacente a toda a arquitetura argumentativa que Mill propõe em defesa do empirismo. Para ele, os seres humanos fazem parte integralmente da natureza, enquanto sistemas causais dentro de uma ordem natural mais ampla a ser investigada pela

ciência. E, se a mente humana é parte do mundo físico, e nele constitui a sua história, é inconcebível, para Mill, que o conhecimento da realidade possa ser *a priori*. De fato, para ele, ou todo o conhecimento é *a posteriori*, baseado na experiência, ou nenhum conhecimento é possível; e, se isso é assim, a recusa à alternativa cética é, ao mesmo tempo, uma opção necessária pelo empirismo.⁴

Um segundo ponto decisivo para o sucesso do argumento milliano refere-se à sua concepção de lógica. Reavaliando-a em suas relações com a mente e com o mundo, Mill compreende a Lógica como a ciência das operações do entendimento que são subservientes à estimativa da evidência.⁵ Ela é, nesse sentido, uma parte da arte do pensamento, exatamente aquela dedicada ao raciocínio inferencial que está a serviço da verdade. Não lhe interessa a natureza do pensamento ou as propriedades subjetivas da mente, objetos próprios da Psicologia, mas as proposições e inferências que expressam as coisas e fatos do mundo e, conseqüentemente, possibilitam o progresso do conhecimento.⁶

Uma última e crucial questão localiza-se na forma como Mill concebe a linguagem natural. Para ele, as operações do entendimento essenciais à Lógica encontram na linguagem o seu mais poderoso veículo. Isto significa, em outras palavras, que a linguagem é o instrumento mediador fundamental das relações entre a mente e a realidade. Se, de fato, para Mill, a Lógica é a disciplina das formas pelas quais o conhecimento do mundo evolui, então o exame das propriedades semânticas da linguagem passa a ser uma parte inescapável da atividade dos Lógicos. Especialmente porque a natureza do instrumento lingüístico apresenta impropriedades e

imperfeições que podem obscurecer o rigor dos resultados desejáveis.

(2) "A lógica é uma parte da arte de pensar; a linguagem é, evidentemente, e pelo consenso de todos os filósofos, um dos principais instrumentos ou auxiliares do pensamento; qualquer imperfeição no instrumento ou modo de empregá-lo está, evidentemente, sujeita mais ainda do que em qualquer outra arte, a confundir e entrar a operação e destruir qualquer confiança em seus resultados...Eis por que a investigação crítica sobre a linguagem tanto quanto é necessária para evitar os erros que ela origina, sempre foi considerada uma introdução necessária ao estudo da lógica"⁷

Dado, assim, esse quadro de premissas epistemológicas, lógicas e lingüísticas, tudo o de que depende o argumento de Mill, agora, é demonstrar que a Lógica e, por extensão, a Matemática, são disciplinas constituídas de proposições e inferências que não são sustentadas por princípios *a priori* ou verdades do pensamento puro independentes da experiência. Tal tarefa, então, começa, necessariamente, pela análise da natureza da proposição, tomada como unidade semântica básica da linguagem natural e se estende, automaticamente, à natureza do processo inferencial constituído, basicamente, de proposições em relação.

Em *A System of Logic* a proposição não é tratada, absolutamente, de maneira uniforme. Ela, a maioria das vezes, é definida como a parte do discurso em que algo é afirmado ou negado de algo.⁸ Dadas estruturas como S é P, S não é P, todo S é P, nenhum S é P, algum S é P e algum S não é P, convenientes à sintaxe da teoria silogística, além das palavras estruturais (sincategoremáticas), como 'todo', 'nenhum', 'algum' e 'não', a proposição é

constituída, para Mill, de três partes fundamentais: o (P)redicado, representado pelo nome que designa o que se afirma ou se nega, o (S)ujeito, representado pelo nome que refere aquilo de que se afirma ou se nega algo e a cópula, signo de que há uma relação entre as coisas nomeadas.⁹

Dentro dessa forma de conceber a proposição como estrutura lingüística concreta, instrumento da razão a serviço do conhecimento, passa a ser decisiva, para Mill, a compreensão de que os nomes são nomes das próprias coisas e não de entidades mentais como as nossas idéias das coisas. Criticando uma passagem de Hobbes que caracteriza o nome como marca para um pensamento na mente do usuário, Mill abre o segundo capítulo, *Of names*, com uma expressiva observação:

(3) "Quando digo 'O sol é a causa do dia' não quero dizer que a minha idéia do sol causa ou provoca em mim a idéia do dia, ou, em outras palavras, que pensar no sol me faz pensar no dia. O que quero dizer é que um certo acontecimento físico, denominado a presença do sol (que, em última análise, se reduz a sensações, não idéias), provoca outro fenômeno físico, denominado o dia. Parece apropriado considerar uma palavra como o nome daquilo que pretendemos que seja entendido através dela quando a usamos; daquilo que deve ser entendido de algum fato que afirmamos; daquilo, em suma, com respeito ao qual, quando empregamos a palavra, pretendemos informar. Os nomes, portanto, deverão sempre ser mencionados nesta obra como os nomes das próprias coisas e não meramente de nossas idéias das coisas"¹⁰

De fato, para Mill, a proposição, instrumento de conhecimento verdadeiro ou falso, para o qual os nomes semanticamente contribuem, não deve ser confundida com o juízo, objeto

determinado pelo ato psicológico de julgar.¹¹ O papel dos nomes, nesse sentido, é veicular informações sobre o mundo e não sobre a mente. Por isso, constitui-se num grave erro de fundamentação da Lógica a concepção de sujeito e predicado, base da proposição, como relação entre idéias e não entre fenômenos.

(4) "A noção de que o que é de importância principal para o lógico numa proposição é a relação entre as duas idéias correspondentes a sujeito e predicado (em vez de a relação entre os dois fenômenos que eles expressam respectivamente) parece-me um dos erros mais funestos já introduzidos na filosofia da lógica, e a causa principal por que a teoria da ciência teve um progresso tão insignificante durante os dois últimos séculos."¹²

A legitimidade da Lógica, acredita Mill, só é possível à medida que a proposição é tomada em sua destinação epistemológica e não em sua natureza puramente psicológica ou puramente lingüística. É fundamental, então, distinguem-se proposições reais de aparentes e, conseqüentemente, inferências relevantes de inócuas. Nesse sentido, Mill observa que, enquanto uma proposição puramente verbal

(5) afirma de uma coisa sob um nome particular, somente o que é afirmado dela pelo fato de chamá-la por aquele nome; e que, portanto, ou não dá nenhuma informação, ou a dá com relação ao nome, não à coisa.¹³

Proposições reais

(6) ... predicam de uma coisa algum fato não envolvido na significação do nome pelo qual a proposição fala dela; algum atributo não conotado por aquele nome. Tais são todas as proposições relativas a coisas

individualmente designadas, e todas as proposições gerais ou particulares em que o predicado conota qualquer propriedade não conotada pelo sujeito. Todas estas, se verdadeiras, aumentam o nosso conhecimento... Somente proposições desta classe são instrutivas em si mesmas, ou das quais quaisquer proposições instrutivas podem ser inferidas.¹⁴

E, com isso, distingue as proposições vazias de qualquer genuíno conteúdo informativo (verbais), daquelas (reais) que, de fato, transmitem informação e são veículos de conhecimento novo. A idéia básica, na verdade, que orienta Mill para essa distinção é a de que as proposições reais e relevantes para a ciência são as que representam informações sobre as coisas. As verbais, relativas ao significado das palavras, como é o caso das definições, são importantes, isto sim, para a filosofia, uma vez que subjazem a elas, não coisas ou fatos, mas, apenas, convenções da linguagem.¹⁵

Da mesma forma, observa Mill, se o valor de uma proposição é o conteúdo semântico que ele traz para o processo inferencial, as inferências também ou são reais e informativas, ou são apenas aparentes, como puras transformações da linguagem que as expressa. Se se infere uma proposição-conclusão de uma proposição-premissa que lingüisticamente já a continha, então a inferência é puramente Verbal. Inferir-se da premissa de que nenhum ser humano é destituído de razão a conclusão de que todo homem é racional é inferir exclusivamente ao nível de palavras. A inferência Real é aquela pela qual o conhecimento aumenta, como acontece quando se infere de experiências particulares de que Platão morreu, Kant morreu e N morreu que todos os homens são mortais, ou que João é mortal. Estas, pensa Mill, são, de fato, inferências instrutivas e relevantes para a ciência.

Elas caracterizam um certo tipo de raciocínio lógico natural, a indução, que é próprio da inferência real e do conseqüente avanço do conhecimento.¹⁶ Se a dedução (ou silogismo) pode, nos mesmos termos, ser considerada como constituída de inferências reais fica na dependência de demonstração. Para Mill, rigorosamente, toda inferência é de particular para particular, uma vez que a afirmação universal não passa de uma generalização, autorizada pelo passado, de casos particulares dos quais, em si mesmos, poderia ser derivada a conclusão. Assim, o possível argumento de que Sócrates é mortal a partir de que Sócrates é homem e todos os homens são mortais depende de uma proposição geral que é, na verdade, um registro, em forma breve, de todas as experiências do passado com a morte de cada indivíduo, experiência essa que poderia, sem essa intermediação, levar à conclusão de que Sócrates é mortal. Não obstante isso, Mill acredita que o silogismo, em sua forma normal, com proposições gerais, pode ser justificado, desde que a lógica da consistência seja entendida como um instrumento importante na propagação inferencial da verdade.

Se esse quadro faz sentido, então, Mill está a um passo de completar o seu tortuoso argumento contra a tese do conhecimento *a priori* e, ao mesmo tempo, de base para a justificação empirista da Lógica e da Matemática. Trata-se de demonstrar que tais disciplinas podem ser constituídas de inferências Reais, sobre proposições Reais e que nenhuma proposição Real é *a priori*. Mas, para isso, Mill ainda depende de uma investigação esclarecedora sobre como a linguagem, em sua problemática complexidade, autoriza, interna e efetivamente, a diferença entre proposições Verbais e Reais. E ele se vê, então, na indispensável perspectiva de uma teoria dos Nomes, que fica, finalmente, contextualizada.¹⁷

Na direção de uma teoria dos nomes, Mill começa observando que, ao contrário das expressões sincategoremáticas, partes que só funcionam com outras palavras, os nomes, termos categoremáticos como tais, possuem a propriedade de denotar o que se afirma ou nega de algo e o de que se o faz.¹⁸ Assim, distinguem-se, para ele, palavras como 'de' , 'para' , 'verdadeiramente', etc., que não podem ser usadas, isoladamente, para designar algo, de nomes como 'João', 'branco' , 'pedra', etc., que, sozinhos, podem designar o que se predica ou o de que se predica.¹⁹

Dada essa propriedade básica dos nomes em geral de denotarem ou, como diz Mill, de serem todos nomes de alguma coisa real ou imaginária, trata-se, então, de examinar as diversas formas como o fazem.²⁰

Mill apresenta uma exhaustiva classificação dos nomes de acordo com sua forma de atuação semântica, porém, três de suas divisões são especialmente relevantes para o exame das questões do sentido e da referência que estão envolvidos no fenômeno da nomeação.²¹

A primeira grande divisão dos nomes separa-os em gerais e individuais ou singulares. Sobre ela , diz J.S.Mill:

(7) Um nome geral é familiarmente definido, um nome que é capaz de ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de cada uma de um indefinido número de coisas. Um nome individual ou singular é um nome que é capaz somente de ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de uma coisa.²²

O que, de fato, Mill está observando é a diferença de papel semântico que existe entre nomes como 'homem' e 'Aristóteles', por exemplo.

Enquanto 'homem' pode ser verdadeiramente asserido de Aristóteles, Kant, Tarski, como nome geral, enfim, de uma infinidade de indivíduos, no mesmo sentido, uma vez que tais indivíduos possuem a propriedade comum de serem humanos, 'Aristóteles' só pode ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, como nome singular de um único indivíduo. Realmente, afirma Mill, ainda que mais de uma pessoa tenha o nome 'Aristóteles', como tal nome não as indica mediante qualquer propriedade, não o faz em qualquer sentido, conseqüentemente não no mesmo sentido. Isto não significa que só os nomes tipicamente próprios sejam individuais para Mill. Expressões como 'o rei que sucedeu Guilherme o conquistador' ou, até mesmo, 'o rei', quando as circunstâncias definem uma única pessoa a quem se as aplique verdadeiramente, podem ser entendidos como nomes individuais. Da mesma forma, observa Mill, coletivos não devem ser confundidos com nomes gerais. Eles não podem ser predicados de cada indivíduo da classe, mas, apenas, da classe inteira, que, então, é tomada como algo singular. 'O 76º regimento de artilharia da armada britânica' é um coletivo a ser entendido como um nome individual, à medida que designa o regimento singular composto de John, Peter, Paul, etc., mas não é aplicável a cada um deles individualmente.²³

Sobre a segunda classificação dos nomes, em concretos e abstratos, Mill propõe para ela uma concisa caracterização:

(14) Um nome concreto é um nome que designa uma coisa; um nome abstrato é um nome que designa um atributo de uma coisa.²⁴

Aqui, Mill está dividindo os nomes pela forma como eles podem ser usados para designar ou coisas ou propriedades. 'Sócrates', 'o mar', 'este

livro' são nomes de coisas. 'Juventude' é o nome de um atributo possuído pelas pessoas jovens. Nesse sentido, 'branco' é, também, um nome de uma coisa ou, mais precisamente, de muitas coisas, como, por exemplo, uma cegonha, o leite ou a neve; 'brancura' é o nome do atributo comum a estas coisas. À objeção de que 'branco' não deixa de ser, também, o nome da cor como 'brancura', Mill argumenta que não se pode abstrair, nesse caso, a diferença de uso das duas expressões. Ao dizer 'a neve é branca', não se diz que a neve é uma cor, mas que aquela coisa possui aquela cor. Já 'brancura', em 'a brancura da neve', não designa a neve, mas o atributo cor que tal coisa possui.²⁵ Se tais nomes abstratos como 'brancura' são gerais ou individuais é uma questão problemática para Mill. De fato, diz ele, alguns nomes abstratos como 'cor' ou 'brancura' podem ser considerados gerais, à medida que o primeiro parece ser nome de uma classe de atributos como brancura, vermelhidão, etc., e o segundo porque se aplica a vários tipos de brancura. Já nomes como 'visibilidade' podem ser entendidos como individuais, uma vez que parecem designar um único atributo. De qualquer maneira, diz Mill, talvez o problema devesse ser encaminhado na direção de que nomes abstratos não sejam subclassificados em gerais ou individuais.²⁶

Quanto à terceira divisão dos nomes em conotativos e não-conotativos, Mill atribui a ela importância especial.

(9) Esta é uma das mais importantes distinções que nós teremos oportunidade de mostrar, e uma das que vai mais fundo na natureza da linguagem. Um termo não-conotativo é aquele que significa somente um sujeito ou somente um atributo. Um termo conotativo é aquele que denota um sujeito e implica um atributo.²⁷

Nesse ponto, a distinção a que Mill se refere diz respeito à diferenciada atuação semântica de palavras como 'Platão', 'Londres' ou 'brancura', nomes cuja função é apenas denotar um sujeito ou um atributo, em oposição a outras como 'branco', 'homem' ou 'filósofo', que denotam todos os indivíduos a que se aplicam, exatamente conotando a propriedade comum que os identifica. Assim, 'Platão' denota Platão diretamente sem indicar-lhe, através dessa denotação, qualquer propriedade. 'Platão' não informa nada de Platão a não ser que este é o seu nome. Da mesma forma, 'brancura' é um nome abstrato não-conotativo à medida que funciona como nome do próprio atributo. Ao contrário, um nome conotativo tipo 'branco' denota coisas como neve, leite, cegonha, etc., conotando a propriedade da brancura comum a essas coisas, ou seja, conotando o que 'brancura' denota. Nessa perspectiva, os nomes concretos gerais como 'branco' e 'homem' são os genuinamente conotativos, enquanto os genuinamente não-conotativos são os nomes próprios típicos. Subjacente a essa diferença está, na verdade, a concepção milliana de que a significação de um nome conotativo é a sua conotação e que, exatamente por isso, um nome próprio, que nada conota, não tem a rigor significação nenhuma.²⁸

Dado esse quadro teórico sobre o fenômeno da nomeação e seu papel na filosofia da linguagem e da lógica de J.S. Mill, trata-se, agora, de proceder a uma síntese de avaliação do que é mais relevante da concepção milliana de denotação e conotação dos nomes para um programa de investigação semântica da linguagem humana. Isto quer dizer, em outras palavras, que o ponto de interesse de tal avaliação não será, mais amplamente, a lógica ou a filosofia de Mill, mas, de maneira restrita, a sua semântica, entendida como a sua teoria da referência e a sua teoria do

significado para os nomes da linguagem natural.²⁹

Se Mill foi, com suas especulações lógico-lingüísticas, o pioneiro dos estudos modernos sobre o significado é questionável³⁰; mas o que não se discute é a relevância das suas investigações sobre os nomes e sua importante influência sobre trabalhos de grande repercussão contemporânea para a semântica e a filosofia da linguagem como os de Frege, Russell e Kripke. De fato, Mill é um dos filósofos que abre o conjunto de problemas e de respostas possíveis para os enigmas semânticos da linguagem natural, tendo em vista os obstáculos que eles oferecem à fundamentação moderna da Lógica. Aqui, entretanto, cabem algumas primeiras e básicas considerações, indispensáveis para avaliá-lo, adequadamente, em sua contribuição semântica. Mill pertence a uma tradição de discussões filosóficas em que a Lógica é a disciplina central para a investigação da racionalidade humana e a base de sustentação do pensamento científico. Nessa tradição, a linguagem natural é entendida essencialmente como um instrumento do raciocínio e da comunicação. Um instrumento fundamental, é verdade, mas não mais do que isso. Essa, exatamente, é uma herança que Mill recebeu e deixou aos seus sucessores na filosofia da linguagem no século XX. A linguagem humana é vista exclusivamente em sua natureza mediadora entre o pensamento e o mundo das coisas. Nessa medida, não se trata de examiná-la em todos os seus aspectos ou em sua estrutura global articulada em termos de sons, formas, sentenças, proposições e usos; se ela não é tomada como um objeto em si mesmo de investigação, só o que é essencial ao seu papel mediador deve ser elucidado. Nas origens da moderna filosofia da linguagem, então, a vertente lógico-filosófica reduz a essência da linguagem à

sua natureza semântica, à medida que tal é a instância própria da mediação entre a mente e a realidade. Uma constatação fundamental, entretanto, decorre desse ponto de partida: Se a relação entre a mente e o mundo parece ser abordável inescapavelmente através da linguagem natural, então as complexidades do instrumento podem caracterizar defeitos na mediação a serem elucidados e dissolvidos na direção de uma linguagem logicamente perfeita. Evidentemente, toda essa tradição filosófica tem como pano de fundo desse tipo de constatação uma aproximação subjacente da linguagem cotidiana, em seu uso frouxo para fins de comunicação, com a linguagem matemática, em sua notável precisão no rumo do rigor científico. Assim, como a matemática era um padrão de linguagem instrumental das diversas ciências, sendo a linguagem natural o instrumento de fundamentação da Lógica, era necessário retificá-lo em suas impropriedades e inexatidões para que esta disciplina pudesse ser tão confiável quanto àquela. De modo que quando, em (1), Mill questiona o dedutivismo da matemática e seu exemplo para as outras ciências, fá-lo no sentido de que não aceita toda essa extensão de conhecimento científico como decorrente de valores necessários ou independentes da experiência.³¹ Mas ele pressupõe que aceita o papel da matemática para as demais ciências à medida que fundamentá-la logicamente parece ser decisivo para a sustentação do próprio pensamento científico. É dentro desse contexto, então, que Mill se preocupa com a linguagem natural. Como se observa em (2), ele a concebe como o principal veículo do processo inferencial cujo rigor, fundamental à Lógica, depende de retificações quanto às imperfeições da natureza do veículo e do modo de empregá-lo. Tais problemas, para Mill, decorrem, basicamente, da ambigüidade das palavras, de sua vaguidade, do desacordo entre a forma gramatical da

superfície e a forma lógica, da mudança que as expressões lingüísticas sofrem na evolução histórica das línguas, etc.³²; de defeitos, enfim, que podem e devem ser consertados. A linguagem perfeita, então, para Mill, não é exatamente um código novo construído, senão a própria linguagem natural reformada para os fins logicistas a que ele se propõe.³³

Dentro desse restringido horizonte de preocupações com a linguagem, a concepção semântica de J.S. Mill sofre naturalmente de algumas limitações. Ele não se questiona seriamente, por exemplo, sobre a natureza do fenômeno lingüístico em suas propriedades intrínsecas. Com exceção de raras passagens, Mill não demonstra maior interesse nos aspectos fonéticos, mórficos ou sintáticos da língua que examina. Ao contrário, ele os reduz aos interesses semânticos, quando, para citar um caso, ele trata expressões complexas inteiras do tipo 'O lugar que a cultura ou diplomacia da antigüidade tinha destinado como residência para os príncipes abissínios' como simples nomes.³⁴ Fica mais patente, ainda, o seu desinteresse pela natureza própria da linguagem e a subser-viência aos interesses lógicos a que ele a condena, por ocasião de sua análise do papel dos nomes, proposições e inferências em sua teoria. Quando em (3) e (4), Mill acentua a necessidade de se entender que a relação fundamental é aquela entre o nome e a coisa nomeada e não entre o nome e a idéia da coisa, ele, evidentemente, está destacando aquela relação que é relevante para o conhecimento científico e para a lógica, e não a que poderia ser crucial para a linguagem propriamente dita. De fato, tendo em vista a natureza da linguagem humana, a relação entre o nome e a idéia da coisa ou, em outras palavras, entre o código lingüístico e o mental poderia ser considerada de decisiva importância.³⁵ Da mesma maneira, quando, em (5) e (6), ele distingue proposições reais de verbais,

com a perspectiva de separar inferências informativas daquelas irrelevantes para o progresso do conhecimento, Mill pressupõe uma concepção de semântica própria para a sua filosofia da ciência. Fosse uma Semântica Lingüística o que estivesse em jogo, certamente as ditas proposições e inferências verbais, a que Mill atribui valor menor, teriam uma outra dimensão já que elas expressam relações de hponímia e sinonímia, por exemplo, de relevância para a mencionada disciplina.³⁶ E é ilustrativo, ainda, um último exemplo de que o fenômeno lingüístico, fora dos interesses lógicos, não faz parte das preocupações de J. S. Mill. Embora a mente, para ele, tal como o corpo, faça parte da ordem natural do mundo³⁷, e isso sugira um questionamento sobre as relações entre linguagem e cérebro, não lhe ocorre que possa haver uma base biológica subjacente às variações da cada língua, uma espécie de gramática natural e universal por trás da aquisição da linguagem humana. O aprendizado da linguagem, para ele, é explicável, naturalmente, pela capacidade que as crianças têm de generalizar as suas experiências lingüísticas particulares.³⁸ Nesse sentido, se algum universalismo é pressuposto, então é o da forma geral da proposição enquanto entidade lógica e não lingüística. Muito ao contrário, a estrutura das línguas particulares, em suas imperfeições léxico-sintáticas, produz um verdadeiro ocultamento da universalidade da forma lógica a ser explicitada.

Se, então, a concepção semântica de J.S. Mill é completamente determinada pelas formas como ele compreende a natureza da linguagem, da lógica e suas inter-relações, a sua teoria dos nomes, parte essencial de tal semântica, é um conseqüente produto das mesmas bases.

De fato, já na definição do que seja um nome como uma expressão que denota o que se afirma ou se nega de algo ou ainda aquilo de que se afirma ou

nega, o ponto de referência milliano é, claramente, o quadro da lógica escolástica. Dentro dela, a tradicional oposição entre termos categoremáticos e sincategoremáticos não só está por trás da distinção que Mill defende entre nomes, palavras que denotam, e expressões não-denotativas ou estruturais, como, ainda, o dirige para a relação entre o processo de denotação dos nomes e os papéis proposicionais de sujeito e predicado.³⁹ Tal aproximação, entretanto, entre a categoria dos nomes em sua atividade denotadora e as funções de sujeito e predicado não é, de forma alguma, não-problemática. A primeira complicação que surge para Mill diz respeito aos adjetivos. Ele observa que tal espécie de palavra não ocupa, normalmente, o lugar do sujeito. Uma sentença como 'O pesado caiu' não é quotidianamente aceitável porque 'pesado' parece não poder designar uma coisa de que algo possa ser afirmado ou negado. Mas se isso é assim, se o adjetivo não designa uma coisa por que tratá-lo como um nome? A solução que Mill encontra, como já se disse em outra parte⁴⁰, é interpretar-se o adjetivo, em seu uso isolado, como equivalente, em termos semânticos, a uma expressão nominal mais complexa que sofreu eclipse gramatical e, por meio disso, tratá-lo, naturalmente, como nome. Assim, em 'A neve é branca', por exemplo, a substituição do adjetivo 'branca' pela expressão nominal 'uma coisa branca' não altera, em nada, o importe da proposição e, se isso é assim, a equivalência semântica autoriza, argumenta Mill, a incluir o adjetivo na classe dos nomes.⁴¹ Isso explicaria, ainda, os casos esporádicos em que o adjetivo aparece sem problemas como sujeito. 'O branco é agradável' seria, na mesma direção, interpretável como semanticamente equivalente a 'A cor branca é agradável'. Mas, evidentemente, ainda que essa solução seja intuitivamente plausível, ela não evita, em sua concepção reducionista

da linguagem, o surgimento de outras problemáticas questões. Por que, por exemplo, a elipse gramatical não sustenta a legitimidade de todas as situações de uso do adjetivo, incluindo aquelas em que esse tipo de palavra, no papel de sujeito, torna a sentença inaceitável como o próprio Mill reconhece ser o caso de 'O pesado caiu' ? Além disso, a distinção entre a forma denotativa dos nomes típicos, os ditos substantivos, e a dos, então nomes adjetivos, fica carente de explicação, à medida que, se os últimos são formas elípticas de expressões mais complexas em que aparecem os primeiros, isso deve ter causas e conseqüências semânticas. Em última análise, mesmo que não o queira, Mill abre, com a sua solução, o complexo problema das relações entre a forma gramatical e a forma lógica ou, mesmo, entre a sintaxe e a semântica. Finalmente, ainda em conseqüência de sua subordinação aos cânones da silogística clássica, Mill não consegue evitar que a sua aproximação entre a teoria dos nomes e a teoria dos termos da escolástica torne problemáticas algumas de suas definições. De fato, ao caracterizar o nome como a expressão que, exceto o seu uso em "suppositio materialis", pode constituir o sujeito ou o predicado de uma proposição e ao definir o sujeito e o predicado como nomes que denotam o que se asseire ou o de que se asseire, o quadro teórico milliano apresenta um pano-de-fundo indesejavelmente circular.⁴²

Mas as complicações da teoria dos nomes de J.S. Mill não se restringem, apenas, aos fundamentos e definições. A forma de classificá-los também é problemática. Para a distinção entre universais e singulares, por exemplo, já na definição, oferecida em (7), aparece uma razoável questão a ser resolvida. A determinação do caráter singular ou universal de um nome parece estar problematicamente dependente de ele ser verdadeira-mente afirmado de uma

coisa ou de cada uma de um número indefinido de coisas. Assim, 'branco' é um nome geral à medida que se pode predicá-lo verdadeiramente do leite, da neve, da cegonha, etc., ou, em outras palavras, à medida que 'o é branco', 'a neve é branca', 'a cegonha é branca' são proposições verdadeiras. Da mesma forma, um nome como 'Kant' pode ser considerado singular dado que só se aplica a um único indivíduo, no caso, ao autor da Crítica da Razão Pura. Mas isso parece inicialmente problemático e provavelmente falso. Conforme a formulação da chamada "Lei de Buridan" por Geach (1970), a determinação da referência de uma expressão não deve depender da determinação da verdade da proposição em que tal expressão participa. Evidentemente, isso faz sentido porque a verdade da proposição, por sua vez, depende da determinação da referência de seus constituintes. A forma como Mill encaminha, portanto, a sua definição parece apontar para uma espécie de violação da Lei de Buridan.⁴³ Além disso, a questão dos nomes individuais também parece mais complexa do que a maneira como Mill a apresenta. Ele diz que não importa que mais de uma pessoa tenha o mesmo nome porque tal nome não as designa em qualquer sentido e, portanto, não pode designá-las no mesmo sentido. De fato, se 'Aristóteles' é um nome que designa o filósofo ou o armador grego, mas não o faz através de qualquer propriedade, não o faz em qualquer sentido, e isso o distingue de um nome geral. Mas e um nome familiar do tipo 'Kennedy', por exemplo, como seria classificado na teoria de Mill? Ele parece um nome individual de uma família tomada como singular, mas, ao mesmo tempo, poderia ser aplicado verdadeiramente a cada membro daquela família, o que o credencia como geral. Ainda assim, entretanto, não parece ter qualquer sentido que o identifique nessa última categoria. Isso sugere que a

oposição geral-individual, nos termos de Mill, é bastante tênue. Realmente, quando ele discute casos problemáticos envolvendo nomes como 'sol', 'Deus', 'o rei que sucedeu Guilherme o Conquistador' ou, ainda, 'o rei', a explicação que oferece não é absolutamente clara e sugere uma alta dependência de fatores extralingüísticos ou pragmáticos de uso. Mill diz, por exemplo, que uma descrição como 'o rei' pode ser um nome geral, mas, dadas certas circunstâncias de uso para um único indivíduo, pode ser considerado um nome individual, como é o caso de 'o rei que sucedeu Guilherme o Conquistador', por exemplo. Ao contrário, nomes como 'sol' e 'Deus', embora predicáveis de uma única coisa, não apresentam nada em seu significado que implique isso, devendo ser considerados como nomes gerais como justificado pelo uso daquelas pessoas que aceitam deuses e sóis.⁴⁴ O que parece difícil na análise de Mill é, na verdade, a forma como ele pretende relacionar a questão da referência, externa à linguagem, com a questão da expressão lingüística e seu significado. A sua classificação, em última instância, ou falha ou é resgatada por circunstâncias específicas de uso, mas, nesse caso, trivializa o seu valor semântico. em outras palavras, dizer que um nome é individual desde que ele seja usado para um único indivíduo é semanticamente trivial e pouco esclarecedor das diferenças entre as expressões propriamente lingüísticas.

A segunda classificação dos nomes em concretos e abstratos também não é isenta de problemas apesar de ser mais facilmente formulável. Mill parece centrá-lo sobre a diferença de referente do nome como uma coisa ou como atributo. Mas, aqui, já surge a primeira ameaça de dificuldades para o sistema milliano. A pergunta sobre se o atributo é ou não uma coisa parece deixar Mill numa aparente falta de alternativa.⁴⁵ Se a resposta é sim, a oposição concreto-

abstrato se dissolve; se é não, os termos abstratos não se ajustam à definição milliana de nomes como palavras que denotam coisas. Mill certamente diria que o atributo é uma propriedade da coisa e não ela própria e que a definição de nome tomava a palavra 'coisa' num sentido amplo que envolvia coisas e atributos. Mas, nesse ponto, estaria assumindo, de qualquer forma, um compromisso com a vaguidade e amplitude do termo 'coisa', o que não seria sem conseqüências para a sua teoria dos nomes.⁴⁶ Uma outra questão que Mill enfrenta com um certo preço teórico envolve a articulação entre as classificações concreto-abstrato/geral-individual. 'Brancura', por exemplo, é um nome abstrato à medida que designa um atributo. É tal nome geral ou individual? Mill opta por tratá-lo como geral, tendo em vista que ele parece aplicar-se a diversas matizes de branco. Já não acontece o mesmo, ele admite, com atributos como a igualdade ou a visibilidade que dão a impressão de serem uma coisa única. Seja como for, a avaliação de Mill é pouco convincente, especialmente porque a classificação dos nomes parece ficar em completa dependência de uma decisão empírica sobre a natureza dos atributos referidos. Justamente isso, aliás, aponta para um dos problemas na classificação milliana. É certo que Mill, mesmo propondo a existência de nomes abstratos, não aceitaria qualquer compromisso com uma ontologia de coisas abstratas. Os atributos, para Mill, são as próprias e naturais propriedades das coisas e não entidades platônicas. Também não aceitaria, é claro, considerá-los idéias das propriedades na mente à medida que os nomes são nomes das coisas e não de idéias delas. Mas isso implicaria, então, a completa identificação da referência semântica com o referente real o que é de altíssimo custo para a plausibilidade de sua teoria.⁴⁷

Quanto à divisão dos nomes em conotativos e não-conotativos, Mill está certo em atribuir-lhe a mais alta significação. Ela representa, sem dúvida, a mais destacada contribuição da sua teoria dos nomes à Semântica e à Filosofia da Linguagem. Através dele, Mill produz um sistema de análise bastante esclarecedor de alguns aspectos fundamentais da linguagem, em termos do significado e referência de palavras e expressões e seu papel semântico na estrutura proposicional. Associando-a às outras subdivisões propostas, a oposição conotativo/não-conotativo permite a Mill estabelecer inúmeras relações altamente elucidativas para uma abordagem da significação dos nomes.⁴⁸ Seguem-se, sob a forma de tópicos, as mais relevantes para uma avaliação da teoria semântica de Mill:

- ✍ A conotação é uma relação pela qual um nome pode implicar um ou mais atributos para denotar os objetos que possuem tais atributos.

Se 'branco' denota as coisas brancas implicando a propriedade da brancura que as identifica, então pode-se dizer que 'branco' conota brancura. Da mesma forma, é compatível com a análise milliana que 'solteiro' denote as pessoas solteiras conotando os atributos de adulez e não-casado, por exemplo;

- ✍ A conotação determina a denotação, mas não vice-versa.

Se 'branco' denota a neve, o leite, etc., por conotar o atributo da brancura comum a tais coisas é possível dizer-se que, em Mill, a última relação determina a primeira; O contrário já não é possível de se afirmar, em primeiro lugar porque há nomes, como os tipicamente próprios que denotam sem conotar. 'Kant'

denota o autor da CRP mas nada conota; além disso, porque duas expressões podem ter a mesma denotação e diferentes conotações. 'O discípulo de Sócrates' e 'O mestre de Aristóteles' podem denotar a mesma pessoa, a saber, Platão e conotar coisas diferentes como a propriedade de ser discípulo e a de ser professor;

- ✍ Todos os nomes são conotativos.

De fato, se 'branco' pode denotar um número indefinido de coisas brancas, o que o caracteriza como geral, isso é possível exatamente porque conota o atributo comum a elas.

- ✍ Os nomes concretos são geralmente conotativos, exceto os próprios.

Assim, 'homem', 'vermelho' e 'largo' denotam coisas e conotam os atributos humanidade, vermelhidão e largura. 'Platão' denota um indivíduo, também é concreto, mas, como já se disse, nada conota;

- ✍ Alguns abstratos são conotativos, outros não.

Isso ocorre, segundo Mill, porque atributos também podem ter atributos atribuídos a eles. Assim, se se aceita que o nome 'defeito' denote atributos como 'preguiça', 'inveja' e 'covardia', por exemplo, isso pode ser interpretado como possível por meio da conotação de má propriedade ou nocividade⁴⁹; Já 'visibilidade' não conota nada.

- ✍ O significado de um nome é a sua conotação.

Aqui aparece um dos pontos fundamentais da teoria dos nomes

de Mill, a saber, a relação que ele estabelece entre a noção de significado e a de conotação. Se 'branco' conota brancura, esse é o seu significado;

- ✍ Nomes próprios típicos não têm significado.

Essa oposição dos nomes próprios aos nomes comuns parece ser uma das intuições básicas do uso da linguagem que Mill deseja capturar com sua distinção. Ao contrário dos nomes gerais, ou comuns, que são conotativos e, portanto, têm significado, os próprios são não-conotativos e, conseqüentemente, não têm significado;

- ✍ O significado de um nome não-conotativo abstrato é a sua denotação.

Esse tópico parece ser mais problemático, mas também responde a uma das impressões de senso comum no uso da linguagem. Se 'brancura' denota a mesma coisa que 'branco' conota, assim como a conotação do último é o seu significado, também a denotação do primeiro deve sê-lo. E essa constatação corresponde à intuição dos usuários do português na direção de que 'brancura' e 'branco' têm o mesmo significado.

Como se pode ver, de fato, as relações que Mill estabelece entre denotação, conotação e significado representam uma de suas mais relevantes contribuições à semântica da linguagem natural através da teoria dos nomes. Mas um tópico merece, ainda, uma discussão especial porque ele pode ser considerado um dos pontos-chave para o debate contemporâneo e, principalmente, porque tal debate tem sua origem no trabalho de Mill. Trata-se da complexa questão dos nomes próprios.

Parece consensual que a teoria dos nomes de Mill contempla a intuição básica de que os nomes próprios

são palavras sem significado que servem, apenas, para denotar:

(10) Nomes próprios são não-conotativos: eles denotam os indivíduos que são chamados por eles; mas eles não indicam ou implicam qualquer atributo como pertencentes àqueles indivíduos. Quando nós nomeamos uma criança pelo nome Paulo, ou um cachorro pelo nome César, estes nomes são simples marcas usadas para permitir àqueles indivíduos se tornarem sujeitos do discurso. Pode ser dito, na verdade, que não devemos ter tido algum motivo para dar a eles aqueles nomes antes que outros; e isto é verdade; mas um nome, uma vez dado, é independente do motivo.⁵⁰

Sem dúvida, como argumenta solidamente Mill a propósito do nome 'Dartmouth', os elementos conotativos que poderiam ter originado a constituição de tal nome parecem esvaziar-se na centralidade da sua função denotativa. Isso explica, inclusive, por que um nome, que teve origem num atributo do objeto denominado, pode permanecer denominando-o, mesmo quando esse objeto já não mais possui aquele atributo.⁵¹

Apesar dessa plausibilidade intuitiva, entretanto, a teoria dos nomes próprios de Mill carrega, nos seus *insights*, inúmeras perplexidades. A mais imediata delas e, provavelmente, a que tenha tido mais conseqüências, decorre do fato de que Mill, ao dizer que os nomes gerais denotavam os objetos mediante a conotação da propriedade comum a eles e ao dizer que os próprios nada conotavam, deixou inexplicada a forma como a denotação destes últimos poderia ser determinada. Realmente, a determinação do referente do nome próprio é indispensável para a determinação das condições de verdade da proposição de que tal nome participa. A proposição de

que Aristóteles morreu no século XX é verdadeira do armador grego e falsa do filósofo antigo. Mill não ofereceu, na verdade, nenhuma explicação conceitual para a forma de fixação da referência dos nomes próprios, embora, quando analisou o contexto de uso de tais nomes, tenha produzido um quadro teórico em que o ato convencional de origem de pôr o nome no objeto é a essência do processo. É o que Mill sugere, quando diz, a propósito de uma comparação com a marca para identificar casas, na história de Ali Babá, que

(11) Quando nós impomos um nome próprio, nós desempenhamos uma operação em algum grau análoga àquela que o ladrão pretendeu ao riscar a casa. Nós pomos uma marca, não na verdade sobre o objeto em si mesmo, mas, por assim dizer, sobre a idéia do objeto. Um nome próprio é uma marca não significativa que nós conectamos em nossa mente com a idéia do objeto, para que quando quer que a marca encontre nossos olhos ou ocorra em nossos pensamentos, nós possamos pensar sobre aquele objeto individual. Não sendo fixada sobre a coisa em si mesma, ela não nos permite, como o risco, distinguir o objeto quando o vemos; mas ele permite-nos distingui-lo quando falamos dele, ou nos registros de nossa própria experiência ou no discurso de outros; para saber que o que nós encontramos asseverado em alguma proposição da qual é o sujeito, é asseverado da coisa individual com a qual nós estávamos previamente familiarizados.⁵²

Se essa passagem, no entanto, apresenta, como se disse, um certo quadro explicativo, ainda está longe da esclarecedora claridade teoricamente desejável. Isso ocorre exatamente porque Mill, de maneira até certo ponto contraditória, apela para a idéia do objeto que ele mesmo condenara em (3). Um

tanto traído pela própria comparação que produz e não tendo como explicar a forma de referir do nome próprio, ele acaba por introduzir uma nova relação entre a palavra e a idéia do referente que, evidentemente, também chama por uma explicação. Curiosamente, na comunicação moderna, são infinitos os usos de nomes próprios fixados sobre os objetos, justamente num processo análogo à marca nas casas que inspirou Mill e que acabou por empurrá-lo para a saída via mente que, embora ele não temesse, provavelmente não desejasse.⁵³ Além disso, é de se destacar em (11) a dependência da semântica milliana para os nomes próprios de fatores pragmáticos. São invocadas as noções de uso, de contexto, do discurso e, inclusive, de familiaridade..

As próximas perplexidades estão ligadas à concepção milliana de que o nome próprio não apresenta qualquer conotação e é destituído, então, de qualquer significado. Num primeiro momento, observe-se que Mill, ele próprio, deixa uma certa margem para interpretações dúbias.

(12) Assim, eu chamo um certo homem pelo nome Sophroniscus: Eu o chamo por outro nome, o Pai de Sócrates. Ambos esses nomes são do mesmo indivíduo, mas seu significado é completamente diferente; Eles são aplicados para aquele indivíduo por dois diferentes propósitos: um, meramente para distingui-lo de outras pessoas de quem se fala; o outro para indicar fato relacionado a ele, o fato de que Sócrates era seu filho.⁵⁴

De fato, (12) pode, sem nenhuma violência interpretativa, ser entendido como pressupondo que o nome próprio tem algum tipo de significado, que este significado é a forma de determinar a referência, e que ele se distingue do nome conotativo apenas pelo

modo como refere sem indicar qualquer propriedade. É claro que tudo isso acontece porque, mais uma vez, Mill está usando a palavra 'significado' num sentido amplo. Mais especificamente, ele identificaria, é certo, a noção de significado com a de indicar uma propriedade, mas isso não exime o seu texto de alguma responsabilidade por interpretações ambíguas. Essa questão, aliás, da relação entre nomes próprios típicos e o que viria a se consagrar com o rótulo de 'descrições definidas' caracteriza um dos problemas que, possivelmente, Mill não enxergou em toda a sua extensão. Ele apenas reconhece, como em (12), que as descrições podem-se aplicar a indivíduos, mas, ainda assim, distinguem-se deles por serem conotativos. Suponha, entretanto, um nome comercial como 'Casa da Borracha'. É ele um nome próprio ou uma descrição definida? À primeira vista, tal nome parece enquadrar-se no mesmo tipo de análise que Mill oferece para 'Dartmouth', ou seja, a de que embora o nome possa ter sido motivado por partes conotativas em sua constituição pode vir a denotar uma casa comercial que já não mais tenha a propriedade de vender borracha. Isso parece possível, mas não deixaria de provocar estranheza em quem encontrasse o nome do estabelecimento no guia telefônico, por exemplo, e estivesse procurando borracha. Por quê? a resposta parece ser a de que nada impede que o nome 'Casa da Borracha' seja, ao mesmo tempo, o nome oficial do estabelecimento e mantenha o significado das partes. Como, na verdade, nada impediria que viesse a denotar um objeto sem essa propriedade. De qualquer maneira, o que é certo é que Mill teria dificuldade de estabelecer, como tenta em (12), fronteiras tão claras para esse caso. Veja-se um exemplo análogo como é o do nome 'Geografia'. Aqui, também não seria absolutamente natural que a disciplina viesse a ter esse nome ainda que

estudasse a mente humana, por exemplo. Ocorre que o nome foi criado com uma certa intenção de que seu significado não seja desconsiderado. Nesse tipo de caso, o que se poderia dizer, pelo menos, é que, enquanto o significado das partes do nome está funcionando, não se pode dizer dele que não tem significado. Talvez Mill dissesse que 'Geografia' está mais próximo de 'o pai de Sócrates' do que de 'Sophroniscus', mas, então, pareceria estar trabalhando contra a intuição, e isso não seria, certamente, do seu agrado. Um outro caso problemático diz respeito a nomes próprios de família, como Kennedy, por exemplo. Tais nomes, como já se disse antes, parecem pertencer, naturalmente, à categoria dos próprios, inclusive por não ter conotação ou significado. Apesar disso, eles podem ser aplicados verdadeiramente a cada membro da família e, com isso, se aproximam dos nomes gerais. Mas não se tem a clara idéia de que conotem algo como a kennedidade, ou propriedade dos que pertencem àquela família. Talvez Mill pudesse compreendê-las assim, ou ainda, observasse que eles não se aplicam, como no caso normal dos nomes gerais, a uma infinidade de coisas, mas, apenas, a um número limitado de pessoas daquela família. Esse tipo de observação não pareceria, contudo, acrescentar qualquer insight novo e esclarecedor para essa situação e, provavelmente, não eliminaria o caráter problemático do exemplo para a sua teoria dos nomes.⁵⁵ Ainda na mesma direção surge, para a concepção milliana de nomes gerais, um outro tipo de palavra problemática como 'tigre', por exemplo. Este nome parece denotar cada animal que pertence ao mesmo tipo, podendo ser aplicado verdadeiramente de cada um deles. Paralelamente, porém, não parece poder oferecer a propriedade que permita dizer exatamente se um dado animal é ou não um tigre, ou seja, o critério para identificá-lo.⁵⁶ Mas uma mais complexa dificuldade para a teoria milliana dos

nomes poderia , ainda, ser levantada contra a sua concepção de que os nomes próprios são palavras sem nenhum significado. Trata-se do problema dos enunciados de identidade tipo 'Túlio é Cícero' . Mill, de fato, assume que proposições dessa forma são, apenas, verbais e que tudo o que elas dizem é, tão somente, que ambas as palavras são nomes do mesmo objeto.

(13) Pois, como já tem sido destacado, nomes próprios não têm estritamente nenhum significado; eles são meras marcas para objetos individuais: e quando um nome próprio é predicado de outro nome próprio, toda a significação transmitida é que ambos os nomes são marcas para o mesmo objeto.⁵⁷

A solução milliana, porém, não é tão não-problemática como ele a pretende. Se os nomes próprios, como eles os considera, não possuem qualquer conotação ou significado, então a sua denotação esgota toda a informação que eles podem oferecer e, conseqüentemente, se, em tais enunciados, a denotação é a mesma, nada é informado, e a proposição é absolutamente trivial. Mas isso não é, absolutamente, o que se pode aceitar sem discussão. 'Túlio é Cícero' não parece ser exatamente igual a 'Túlio é Túlio' e a 'Cícero é Cícero' . Enquanto as duas últimas sentenças parecem veicular proposições verdadeiras *a priori*, nada impede de que a primeira proposição fosse o resultado de uma descoberta *a posteriori*. Nesse sentido, a primeira, ao contrário das demais, poderia ser informativa. Mill não pensa assim. Para ele, é incompreensível que 'Túlio é Cícero' seja uma sentença veiculando uma proposição verdadeira *a posteriori* , se ela não expressa nenhum fato no mundo que tenha vindo a se constituir com a experiência. Se alguém aprende que Túlio é Cícero , não aprende um fato sobre um objeto nomeado mas apenas um fato

sobre a linguagem, a saber, que aquele objeto tem aqueles dois nomes.⁵⁸ Seja como for, esse tipo de enunciado de identidade constitui-se num dos obstáculos mais resistentes para a teoria milliana de que o papel semântico dos nomes próprios se esgota completamente em sua forma direta de referir. Cabe, ainda, considerar uma última questão que, surpreendentemente, não foi desafiada por J.S. Mill como mereceria. Ela diz respeito à possibilidade de o nome próprio ou não denotar nada ou denotar um objeto sem existência real.⁵⁹ Realmente, se se considera que todo o papel do nome próprio é denotar, se não é bem sucedido nisso, então semanticamente o que resta? A desatenção de Mill talvez não seja tão estranha. Quando ele define o nome, atribui a ele a propriedade de denotar coisas reais ou imaginárias.⁶⁰ Nesse sentido, ele parece não considerar a hipótese de qualquer comprometimento ontológico com objetos sem existência, mas, apenas, a de que constata mais uma das intrigantes propriedades da linguagem. Mill pressupõe, então, uma aceitação simplista de que os nomes funcionam assim e basta. De maneira análoga, talvez, a falta de importância que ele atribui à ausência de denotação pressupõe uma compreensão similar de que os nomes não só podem denotar coisas imaginárias como, inclusive, não denotar. De qualquer forma, o que é certo, mais uma vez, e finalmente, é que se Mill reduz toda a semântica do nome próprio à denotação, sua teoria não tem o que dizer para casos de vacuidade referencial, a não ser que não há nada semanticamente considerável. E isso não é, absolutamente, incompatível com a sua concepção de linguagem enquanto instrumento imperfeito de mediação do pensamento para a realidade. Apenas chama a atenção que ele não a tenha denunciado enfaticamente por isso.

Se é verdade que a teoria dos nomes de J.S. Mill enfrenta, como se pôde constatar, um número expressivo de perplexidades, esse é, ao mesmo tempo, o seu indiscutível valor para as Semânticas Lingüística e Lógica e para a Filosofia da Linguagem. Como ficará mais tarde evidenciado, obras de extraordinária repercussão contemporânea como as de

Frege, Russell e Kripke recolheram dos *insights* de Mill problemas e encaminhamento de soluções que dirigiram as relações entre lógica e linguagem nos últimos anos. E, como se verá, seja para endossá-lo, seja para contestar as suas posições, participaram intensamente da estória contada por ele.

Referências Bibliográficas

1 A citação dos textos de Mill refere-se sempre a "The Collected Works of John Mill", volumes VII e VIII (1973), correspondentes ao "A System of Logic: Ratiotivative and Inductive" de J. M. Robson, editor geral para a University of Toronto Press - Routledge & Kegan Paul. Também é utilizada a útil tradução brasileira de J. M. Coelho de parte do Sistema de Lógica de Mill para a Coleção Pensadores da Abril, de 1984.

2 As idéias básicas de Mill (cf. sua Autobiografia, vol.I, pp: 72-73) foram desenvolvidas em encontros da Society of Students of Mental Philosophy, um pequeno grupo de discussões sobre Economia e Lógica do qual Mill participou nos seus anos vinte. (veja-se, também, a Introdução textual de J.M.Robson ao System of Logic p. liii e o interessante trabalho "John Stuart Mill" de J. Skorupski (1989)

3 Mill, System of Logic, VII, p.224

4 Cf. Skorupsky, John Stuart Mill, p. 5.

5 Essa é uma forma supersimplificada de expressar o que parece ser a essencial concepção de Lógica de Mill, discutida, por ele, nas 14 páginas de sua introdução ao System of Logic.

6 Para Mill (System of Logic, p. 20), 'Verdade' é apenas um termo frouxo para a expressão 'proposição verdadeira' .

7 Ibidem, p.19.

8 De fato, conforme bem observa Skorupski (1989:49), nem sempre Mill adotou esta forma de compreender a proposição. Ele mantém uma certa ambigüidade (hoje mais familiar) entre a idéia de proposição como ato de asserção ou como sentença indicativa resultante de tal ato.

9 Mill não se detém na diferença entre proposições com a cópula ou sem ela como, por exemplo, 'Sócrates morreu' . Ele , provavelmente, poderia considerá-las como tendo uma estrutura comum de três partes a despeito de sua enganadora forma gramatical. (cf. Skorupski (1989:50).

10 Mill, op. cit., p.25.

11 A distinção que Mill oferece entre proposição e juízo, entre a expressão do conhecimento verdadeiro ou falso e o ato de julgar é uma das formas mais claras para a diferença que ele faz entre Lógica e Psicologia quanto ao objeto e, conseqüentemente, quanto aos métodos dessas disciplinas. Apesar disso, desde que ele entendia o raciocínio inferencial como apenas uma parte do pensamento em sentido amplo, e não defendeu nenhuma tese forte de vacina da Lógica contra a Psicologia, há quem acredite, a partir de Husserl - capítulos III e IV de suas Logical Investigations - que se pode atribuir às reflexões millianas sobre lógica uma inevitável contaminação do psicologismo. (cf. Skorupski, 1989, p.166 e McRae, em sua Introdução ao A System of Logic , p. XI viii).

12 Mill, op. cit. , p.89.

13 Ibidem, p. 115.

14 Ibidem, pp.115-116.

15 Na época em que escreveu o *A System of Logic*, Mill não dá evidências de que tivesse lido Kant diretamente. Só mais tarde, no *An Examination of Sir William Hamilton's Philosophy* ele se refere explicitamente a posições kantianas. Mas em nota de rodapé, acrescentada à edição de 1862 do "System", considera a sua distinção correspondente a de Kant entre analítico e sintético.

16 A forma como Mill concebe a indução, em toda a sua complexidade, escapa aos limites deste trabalho. De qualquer maneira, para Mill, diferentemente de Hume, a indução é a base natural do conhecimento e a dedução é que precisa ser justificada. Mill não é cético e tenta, de fato, fazer isso.

17 Mill considera a Teoria dos Nomes como parte da Lógica. Primeiramente porque a linguagem natural, instrumento do raciocínio é fonte de erros e, na metáfora milliana, se é preciso trocar os óculos que distorcem os objetos por outros mais adequados, isso se faz com a análise das palavras. (cf. Mill, *System*, p.19). Além disso, a investigação da linguagem se faz necessária porque, sem ela, não se pode avaliar o papel semântico da proposição com que ela contribui para o conhecimento da verdade e para o processo inferencial.

18 Mill emprega o termo 'denotar' ora de forma mais frouxa, ora mais técnica. Num sentido amplo, ele usa o termo para dizer, por exemplo, que o sujeito denota a coisa ou a pessoa, que o predicado denota o que se afirma ou se nega e que a cópula denota a existência da relação entre o sujeito e o predicado.(Mill, *System*, p. 21). Num sentido mais preciso, o termo é usado, em Mill, para ser equivalente às expressões 'é verdadeiramente predicável de' ou, ainda, 'é verdadeiramente afirmável de' . (cf. Skorupski, 1989, p.51).

19 Aqui, duas considerações necessárias. Em primeiro lugar, cabe observar que, ao usar o critério clássico de distinguir termos sincategoremáticos daqueles que podem funcionar isoladamente, como sujeito e predicado, Mill não ignorou o caso em que uma palavra estrutural como 'de' em 'de é uma preposição' pode funcionar como sujeito. Nesse caso de menção (*suppositio materialis*), entretanto, como ele observa, a palavra não está em seu uso normal e, apenas, designa as próprias letras de que se compõe. A segunda consideração diz respeito ao fato de que Mill não vê problemas em enquadrar adjetivos tipo 'branco' em 'A neve é branca' ou 'Branco é agradável' como nomes, embora admita que se poderia considerar esse uso de 'branco', como predicado ou sujeito, uma forma abreviada de 'objeto branco' ou 'cor branca, respectivamente. Para ele, a diferença é mais gramatical do que propriamente lógica. Não há diferença de significação entre a forma simples e a complexa, e isso é o que importa. De maneira análoga, ele não vê dificuldade em aceitar que um conjunto de palavras como 'O discípulo de Platão' possa funcionar como um nome só, à medida que pode ser usado para denotar um único indivíduo, a saber Aristóteles (*A System of Logic*, pp.25 e 26).

20 Ao oferecer tal caracterização, Mill parece não ter nenhuma preocupação específica com nomes de entidades sem existência real. A questão, entretanto, reaparece, no exame das formas de denotação dos nomes próprios e descrições.

21 Além das divisões que se seguem, Mill ainda considera uma quarta entre nomes positivos e negativos, tipo 'homem' e 'não-homem' , uma quinta entre relativos e não-relativos , como 'pai' , 'filho' e 'civil' e, finalmente, uma divisão entre unívocos e equívocos que, para ele, é menos uma diferença de tipos de nomes do que de formas de aplicá-los. Tais classificações são, aparentemente, menos expressivas e têm recebido menor atenção.

22 Mill, *A System of Logic*, p. 28.

23 Não se entenda que Mill aceite um nome geral tipo 'homem' como nome da classe dos seres humanos. Para ele, não se define a noção mais clara - a de nome geral - pela mais obscura - a de classe. Ao contrário, deve-se pensar em definir classe como a multidão indefinida de indivíduos denotados pelo nome geral. 'homem', então, não denota a classe como uma entidade abstrata, mas cada indivíduo da coleção ao qual se aplica verdadeiramente, dado que possui a propriedade comum a todos os outros.

24 Mill, *A System of Logic*, p.29.

25 Aqui, mais uma vez, destaque-se que, para Mill, o nome abstrato não indica a propriedade enquanto uma entidade abstrata. Ele não aceitaria uma ontologia desse tipo. A propriedade para ele existe em cada objeto que a possui.

26 Cf. Mill, *A System of Logic*, p. 30.

27 Mill, *op.cit.* , p. 31.

28 Mill observa que o nome próprio esgota a sua função semântica na denotação do seu objeto. Mesmo que um nome tenha, em sua origem, uma motivação conotativa, ela fica esvaziada. Em seu exemplo, ainda que 'Dartmouth' possa ter sido um nome para significar que a cidade que designa está situada na boca do Dart, o desaparecimento do rio não impediria que a cidade continuasse, sem estranhezas semânticas, com o mesmo nome. (Cf. Mill, *A System of Logic*, pp.33 e 34).

29 De fato, o que interessa da lógica e filosofia milliana é, apenas, o relevante para uma contextualização da sua teoria dos nomes, o que parece indispensável para que se possa avaliar, adequadamente, a contribuição que ele deixou à semântica.

30 Ryle (1966) , por exemplo, destaca o pioneirismo de Mill; Bennett (1972), diferentemente, acredita que as questões sobre o significado já estavam em Locke, Berkeley e Hume, no que não é apoiado por Hacking (1976). Veja-se, também, De Jong (1982).

31 Mill defende uma concepção indutivista da matemática tendo em vista a sua concepção de filosofia da ciência como centrada no progresso do conhecimento. Se todo conhecimento humano é resultado da experiência e não ancorado em verdades *a priori*, então a demonstração disso passa pela necessidade de mostrar que também a Matemática é caracterizada por proposições reais e inferências indutivas.

32 Cf. Mill, *A System of Logic*, pp.79-80.

33 Mill considera que a reforma da linguagem natural não só é necessária para o trabalho dos lógicos como também é indispensável à adequada argumentação cotidiana das pessoas. A sua metáfora, conforme a nota 17, de que os professores sentem a necessidade de trocar, em seus discípulos, os óculos que distorcem o objeto, é ilustrativa e inspirou idéias análogas na filosofia da linguagem do século XX.

34 Cf. Mill, *A System of Logic*, p.26.

35 De fato, ainda que Mill não tivesse uma tese forte de despsicologização da Lógica, ele tentou distingui-las claramente e, nessa medida, procurou descaracterizar a relação linguagem-mente, tratando-a como não-essencial para a semântica.

36 Katz (1972) pode ser um exemplo de interesse para o estudo de inferências lingüisticamente dependentes ou, no dizer de Mill, puramente verbais. Katz (1977, p. 3), aliás, reconhece a influência da teoria milliana dos nomes sobre o seu trabalho.

37 Skorupski (1989, pp. 8-9) é um dos que acredita que a filosofia milliana é precursora do movimento atual, em termos quinianos, por exemplo, de naturalização da epistemologia. Ele cita uma passagem do *A System of Logic* - vol VIII, p.833 como contendo todos os ingredientes para satisfazer os seus critérios do que se entende por epistemologia naturalizada. Realmente, embora Mill trata a mente como um lugar misterioso e ainda a ser desvendado, ele, já nos seus rascunhos iniciais do *A System of Logic*, a caracteriza, como ao corpo, pela categoria de substância. O ser humano, então, em seu corpo e sua mente, é

uma parte da ordem natural do mundo. (Para mais detalhes, De Jong (1982,p. 192) e Skorupski (1985, p. 5) podem ser úteis.

38 Cf. Mill, A System of Logic, p.37.

39 Para isso, Mill já toma a expressão 'categoremático' como derivada de 'katégoreó' no sentido de predicar. E como, pelo que Geach (1972) chamou 'a tese da intercambialidade de Aristóteles', tudo o que aparece como predicado pode também aparecer como sujeito, Mill identificou o papel do nome de maneira absolutamente compatível com o espírito clássico.

40 Veja-se a nota 19.

41 Ao tratar dessa questão dos adjetivos, Mill observa que sua interpretação é mais sustentável levando-se em consideração que entre os gregos e romanos este tipo de elipse era permitido pelas regras da linguagem e que, se em inglês, 'Round is easily moved' não é aceitável como equivalente a 'a round object...', isto é um problema gramatical, não semântico.

42 Cf. De Jong (1982,p.7)

43 Cf. De Jong (1982,p.9).

44 Mill, A system of Logic, p.33.

45 Cf. De Jong (1982,p.10).

46 Mill, na verdade, trata o termo 'coisa' como designando ora a substância, ora o atributo e ora ambos ao mesmo tempo como no caso da definição de nome.

47 Como bem observa Skorupski (1989,p.53), os "atributos" da semântica e os "atributos" da ciência não podem ser os mesmos. Cabe, ainda, observar, aqui, que a questão da natureza do atributo está evidentemente ligada ao clássico problema dos universais e que Mill criticou, explicitamente, as três posições tradicionais do realismo, conceptualismo e nominalismo. Como seu ataque, entretanto, é absolutamente mais forte quanto à existência de entidades abstratas e quanto ao papel de unidades mentais na lógica, ele se encontra mais próximo de uma variação do nominalismo, tal como entendido hoje. Na época, Mill condena o nominalismo por se reduzir tudo à denotação e ficar, conseqüentemente, sem explicações para o significado e o papel informativo das proposições. Cf. Skorupski (1989, 2.5 e 3.9).

48 A afirmação de tais relações parece justificada, explícita ou implicitamente, pelas análises de Mill entre as páginas 24 a 40 do A System of Logic. Sob a forma tópica de apresentá-las, veja-se Skorupski (1989, p. 53-57).

49 Mill parece, nesse caso, estar tentando mostrar que sua distinção pode explicar certas relações semânticas um tanto vagas mas que, de fato, são estabelecidas no uso da linguagem. Cf. A System of Logic, p. 32. Veja-se, também para isso, Skorupski (1989, p.

50 Cf. Mill, A System of Logic, p. 33.

51 Cf. nota no. 28.

52 Mill, A System of Logic, p.34.

53 Essa é uma das passagens que têm levado alguns críticos, conforme nota 11, a denunciar o psicologismo de Mill. Não obstante isso, parece que há uma importante diferença entre escorregar em algum tipo de mentalismo e construir um sistema teórico sobre as bases não confessadas de psicologia. Se o psicologismo circunstancial é um possível problema para a consistência do sistema milliano, a defesa da última alternativa seria uma tese muito forte sobre ele e, provavelmente, sem evidências textuais suficientes.

54 Mill, A system of Logic, p.36.

55 Cf. Skorupski (1989, pp.56-57).

56 Cf. Skorupski (1989, p. 58).

57 Mill, A System of Logic, p.36.

58 Skorupski (1989, pp.67-69) propõe uma forma mais elaborada de se interpretar o *insight* milliano, em termos de que alguém pode saber que 'Túlio' denota Túlio, ou seja, a regra de denotação para 'Túlio', saber que 'Cícero' denota Cícero, ou a regra de denotação para 'Cícero', e, ainda assim, não saber que Túlio é Cícero. Nesse sentido, o conteúdo semântico do nome seria dado pela regra de denotação para ele.

59 Cf. Skorupski (1989, p.68).

60 Veja-se nota 20